

Tortura Nunca Mais entrará com pedidos de habeas-data

SÃO PAULO — Assim que a nova Constituição for promulgada (amanhã), o Grupo Tortura Nunca Mais — responsável por denúncias de desrespeito aos direitos humanos — vai patrocinar dezenas de pedidos de habeas-data, novo recurso jurídico que permite a qualquer cidadão ter acesso à sua ficha em órgãos do governo, entre eles o Serviço Nacional de Informações (SNI). Os habeas-data serão acionados por parentes de presos políticos desaparecidos durante o regime militar. “Estas famílias querem saber qual o destino de seus parentes”, afirma o advogado paulista Luís Eduardo Greenhalg, que, como assessor do grupo, recebe as procurações enviadas do Brasil inteiro.

Greenhalg viaja para Brasília esta semana com os habeas-data prontos na bagagem e garante que, tão logo a Constituição entre em vigor, levará os pedidos ao Supremo Tribunal Federal. “Nesse caso não pode ser em outra instância, porque o SNI é

órgão do governo federal”, explica o advogado. Há mais de 15 dias, ele foi procurado por famílias de desaparecidos, que agora querem saber quais foram seus últimos passos. “Esperam, ao menos, saber onde eles estão enterrados para pedir a exumação dos corpos e dar-lhes uma sepultura cristã”, diz Greenhalg.

Outro pedido de habeas-data que será protocolado no Supremo Tribunal Federal no mesmo dia em que o Diário Oficial publicar a promulgação da Nova Carta é o de Apolônio de Carvalho, membro da diretoria-executiva do Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação. Apolônio participou da insurreição de 1935, lutou pelos republicanos na Guerra Civil Espanhola, foi dirigente do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. “Este pedido vai testar a eficiência do habeas-data”, explica o secretário do PT, deputado José Dirceu.

Em Pernambuco, logo no 1º dia

RECIFE — A família do estudante de direito Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, desaparecido em fevereiro de 1974, no Rio de Janeiro, será a primeira em Pernambuco a requerer os benefícios do habeas-data, mecanismo da nova Constituição que permite o acesso às fichas dos órgãos de segurança. Depois de amanhã o grupo Tortura Nunca Mais entra com um pedido de habeas-data junto ao Supremo Tribunal Federal, pedindo informações sobre 12 pernambucanos desaparecidos.

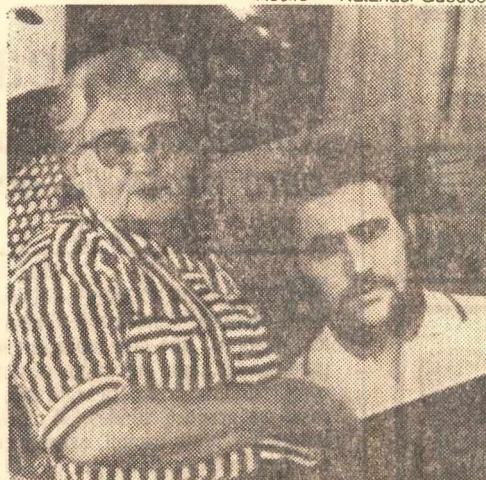
— Será uma forma de tentarmos esclarecer as circunstâncias em que essas pessoas foram presas, torturadas e mortas, uma vez que há muito tempo perdemos as esperanças de o governo devolver os corpos às famílias — explicou ontem o advogado Marcelo Santa Cruz, irmão de Fernando e presidente do Tortura Nunca Mais em Pernambuco. Até ontem, ele ainda encontrava dificuldades em conseguir autorização de parentes de outros desaparecidos para encaminhar ao advogado Luís Eduardo Greenhalg, que, em São Paulo, coordena a ação.

Segundo Marcelo Santa Cruz, o grupo tenta obter autorização de parentes em outros estados do Nordeste como Alagoas e Rio Grande do Norte, onde há registros de desaparecidos políticos. Em outros casos, garante Marcelo que o habeas-data também será tentado para obter informações de pessoas mortas durante o período de luta armada, cujo corpo ou não foi entregue à família — apesar do reconhecimento oficial de sua morte — ou foi liberado com ordens expressas para que o caixão permanecesse lacrado, como foi o caso do estudante pernambucano Odijas de Carvalho, morto durante um interrogatório, no Recife, em 1972.

Na casa onde morou Fernando Santa Cruz, em Olinda, Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira, mãe do estudante desaparecido, mostrou-se esperançosa diante da ação que será movida pelo Tortura Nunca Mais. Desde que Fernando sumiu, em 23 de fevereiro de 1974, ela passou a percorrer quartéis e delegacias do Recife, Rio de Janeiro e São Paulo em busca de notícias. Na esperança de obter informações, Elzita mantém até hoje o mesmo telefone e jamais admitiu mudar de endereço.

— Não queremos nos iludir e pensar que Fernando vai voltar. Mas, que pelo menos, nos

Recife — Natanael Guedes



Elzita sempre buscou saber tudo

dêem a chance de saber por que ele foi preso, o que fizeram com ele e por que demoraram tanto escondendo a verdade da gente — disse Elzita Santa Cruz, que na década de 70 escreveu dezenas de cartas aos presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, ao ministro Armando Falcão, ao advogado e jurista Sobral Pinto e até a militares como o marechal Juarez Távora, um dos que tentaram, sem sucesso, notícias do filho dela.

Fernando Santa Cruz, segundo informações dos companheiros da Ação Popular (AP), foi preso durante um encontro com Eduardo Collier, seu colega de organização. Na época tinha 26 anos, era casado com Ana Lúcia Valença e tinha um filho de dois anos, Filipe, que hoje mora com a mãe em Porto Alegre. Um ano depois do seu desaparecimento, o então ministro da Justiça, Armando Falcão, divulgou nota oficial afirmando que Fernando e outros 25 desaparecidos estavam foragidos e eram procurados pela polícia. No dia seguinte, os jornais estampavam uma entrevista com Elzita Santa Cruz, na qual ela, apresentando provas de que o filho tinha endereço e emprego fixos, em São Paulo, desmentia a versão do ministro. Foi a última vez que o governo falou no caso.